

Notícias

A pacífica invasão de Évora

VII Encontro Nacional dos TOC levou até ao Alentejo cerca de 800 pessoas

«Eis-me de novo em Évora, por uma manhã de sol. (...) O sol limpa-lhe a face, a colina ergue-a na mão como um objecto de preço. Fico de pé a vê-la (...) olho a massa escura de S. Francisco, as torres negras da Sé, os blocos brancos dos prédios construídos uns nos outros, e, em volta, como um espanto da cidade, a imensa planície (...).

Cidade milenária dormindo o sono da planície, entre os restos deixadas pelas raças e povos que vieram, se cruzaram, partiram. (...)

A cidade resplandecia a um sol familiar, branca, enredada de ruas, como de velhas ciladas, semeada de ruínas, de arcos partidos, nichos de santos das orações de outras eras, janelas góticas (...) Évora mortuária, encruzilhada de raças, ossuário dos séculos, como te lembro, como me dóis!»

A descrição é de Vergílio Ferreira e pode ser encontrada nas páginas de «Aparição», livro editado pela primeira vez há precisamente 50 anos. Apesar do meio século, continua actual.

Por isso, as cerca de 800 pessoas que, no passado dia 11 de Julho, se deslocaram até Évora, para o VII Encontro Nacional dos TOC, concordarão com o escritor.

Évora foi, nesse dia, uma «encruzilhada» de Técnicos Oficiais de Contas, que até ali foram chegando dos mais diversos pontos do País, Regiões Autónomas incluídas, com a certeza de passarem umas horas bem diferentes da azáfama do dia-a-dia.

À hora prevista, no Monte Alentejano do Rossio de S. Brás, um amplo espaço aberto, fora das muralhas da cidade, começavam a juntar-se os primeiros convivas. Vinham de longe, alguns, outros conheciam a cidade como as próprias



O Templo Romano foi um dos pontos obrigatórios do roteiro turístico-cultural do Encontro dos TOC



Uma ampla tenda acolheu o almoço na Quinta do Louredo

mãos, mas todos foram em busca da história e da surpresa.

A organização disponibilizara seis guias profissionais que, com outros tantos grupos, partiram para uma pacífica «invasão.» Primeiro o Jardim de Évora, com o que resta do Palácio de D. Manuel (séc. XVI) e as ruínas fingidas do séc. XIX. Depois, cidade dentro, ruas estreitas, o branco nas paredes, o azul no céu. A guia é atenciosa, vai explicando pormenores, incentivando a curiosidade. A chegada ao Largo de S. Francisco, com a Capela dos Ossos e a Igreja Real de S. Francisco, dá-se pouco tempo depois. Por ali pode ser observada enorme profusão de estilos, materiais e cores, espelho das tendências arquitectónicas que venceram os séculos. O sol alentejano, normalmente inclemente nesta altura do ano, raia no seu esplendor. Mas não agride. Há até uma brisa que reconforta, e isso dá mais alento às centenas de TOC que, por aquela altura, andam já espalhadas pela cidade, olhando os legados do passado.

Milénios de história

A Sé há-de ser o ponto de paragem seguinte. Mas, antes, o roteiro leva os TOC e familiares à Praça do Giraldo e ao fervilhar das suas arcadas. É o centro económico e social da cidade. Sobe-se a Rua 5 de Outubro, com as suas lojas para turistas, chega-se, enfim, à negritude da Catedral. Estamos no reino do granito, diante de oito séculos de história. A Sé é um espelho das eras: exhibe o românico, o gótico, o neoclássico. É um edifício imponente e austero. Todas as suas rosáceas são

diferentes, esconde no seu interior um órgão do século XVI que «continua a trabalhar na perfeição» e um conjunto de telas dos séculos XVII e XVIII incapazes de disfarçarem o peso dos anos e a evidenciarem a necessidade de restauro.

A viagem prossegue. O Templo Romano (impropriamente chamado, segundo as últimas pesquisas, de Templo de Diana) está próximo. São milénios de história que se erguem e que teimaram em resistir à erosão do tempo e dos homens. Foi construído no século I em honra de Júlio César e conheceu tentativas várias de aniquilamento e extinção. Resistiu e é hoje um dos principais símbolos da cidade que, em 1986, foi elevada à categoria de Património Cultural da Humanidade.

No mesmo Largo Conde Vila Flor deu-se o primeiro grande encontro da “família” TOC. O Palácio dos Duques de Cadaval e o seu restaurante serviram de “anfitriões” para o «Évora de Honra». As várias centenas de pessoas que, nas horas anteriores, deambularam pelas ruas da cidade, retemperaram energias, reviram amigos, aprofundaram conhecimentos, debateram as últimas notícias do fim-de-semana, contaram anedotas e abriram os sorrisos.

A manhã caminhava a passos largos para o seu epílogo mas não encerraria sem a missa na Igreja de Santo Antão, em memória de todos os TOC falecidos. O recinto encheu-se para um momento de maior recolhimento e os presentes puderam assistir a uma homília dirigida, em parte, para os perigos e “tentações” que os profissionais podem enfrentar no seu trabalho diário.

Évora cidade estava prestes a ficar para trás. Não tardaria e largas dezenas de automóveis partiriam em busca do repasto, música e animação. A cerca de cinco quilómetros da cidade, a Quinta do Louredo estava já pronta para receber a imensa “família” TOC para a continuação de um dia de convívio memorável.

União e resistência

O período dedicado ao repasto foi momentaneamente interrompido por curtas alocuções. António Nabo e Armando Ribeiro, os principais dinamizadores da exemplar organização, que contaram ainda com inexcelsável colaboração de João Carmo, José Espanhol e Manuel Sousa, fizeram as honras

da casa. António Nabo começou por lembrar os presentes que este «Encontro dos TOC é o último sob a égide do velho Plano Oficial de Contabilidade e já com todos a olharem para o novo Sistema de Normalização Contabilística. A Contabilidade vai deixar de ser apenas fazer lançamentos para passar a ser fazer relatórios e peças financeiras de apoio à tomada de decisão», acrescentou. Pese embora a jornada de convívio, António Nabo não se coibiu de, com realismo, mas sem dramatismo, alertar que a crescente exigência dos pedidos de informação que vão chegando aos TOC faz adivinhar que «o futuro nos reserva mais trabalho.»

Armando Ribeiro afirmou que a «cidade-museu» tem estado, desde sempre, ligada à evolução da profissão de Técnico Oficial de Contas, tendo recordado, com especial saudade, diversos momentos emblemáticos, dos quais destacou uma sessão de esclarecimento sobre o POC, sob a orientação de Alves da Silva, realizada em 1978. «São situações destas que fazem a história da profissão», disse. Sem qualquer pré-aviso, Armando Ribeiro chamou ao palco Alves da Silva, uma referência para todos os TOC portugueses, para ofertar-lhe, tal como fizera há 31 anos quando o recebeu, pela primeira vez, na sua casa de Évora, um pão típico do Alentejo. «Esta é uma profissão com futuro, mas preparem-se para as alterações que aí vêm», declarou Alves da Silva.

Domingues de Azevedo congratulou-se pela adesão em massa a este convívio, tendo classificado o VII Encontro dos TOC como «o maior de sempre.» «O interior merece todo o nosso apoio», referiu. O presidente da CTOC enalteceu a necessidade de cultivar, como na ocasião, o espírito de confraternização e solidariedade, visando enfrentar os desafios e as dificuldades que diariamente surgem no caminho.

O processo de passagem da Câmara a Ordem foi um dos exemplos. «Se há 13 anos confessássemos a nossa ambição em chegar a Ordem, tal seria considerado uma heresia. Hoje, esse processo está em curso e mesmo que não seja conseguido, estaremos cientes que podemos perder uma batalha, mas não iremos perder a guerra.» Domingues de Azevedo acrescentou que o «poder político reconhece a importância da profissão, agora se a política recusa dar mais um passo na dignificação da classe, isso já não é um problema dos TOC». Perante as adversidades, o responsável máximo da Câmara exortou os profissionais a demonstrarem uma atitude de «união



No período dos discursos, os anfitriões deram as boas-vindas a todos os participantes

e resistência. Chamem-nos mangas-de-alpaca ou “velhos do Restelo”, mas provámos em actos, o que outros apenas demonstram por palavras.» Antes do regresso às delícias gastronómicas que a organização providenciou para o almoço, Teresa Tadeu, representante da governadora civil de Évora, não escondeu a sua satisfação pelo facto de a escolha para cidade organizadora do Encontro dos TOC ter recaído na cidade de Évora, tendo salientado a sensibilidade e a hospitalidade das gentes do Alentejo.

A hora dos cantes e do fado

Numa tenda gigante, para um grupo imenso, passaram-se as horas seguintes. A tarde ia já a meio e por entre o convívio de gente de todos os pontos cardeais, surgiu a música. Primeiro os sons tradicionais do Alentejo na versão do grupo «Cantes do meu cante». Depois, um desfile de fadistas: Júlio Parreira, Rui Lopes, Patrícia Leal, João Rosado e o “menino” José Geadas. As guitarras prenderam a atenção dos convivas, as conversas corriam animadas, as gargantas eram solicitadas com frequência, enquanto, calmamente, era entregue também a todos os participantes uma recordação do VII Encontro que a organização teve o cuidado de providenciar: uma caixa com duas garrafas de vinho da Adega da Cartuxa para os adultos e um livro para crianças.

«Évora é uma cidade branca como uma ermida. Convergem para ela os caminhos da planície como o resto da esperança dos homens», escreveu Vergílio Ferreira. Em Évora foi assim. Para ela convergiram os Técnicos Oficiais de Contas de todo o País, cientes da importância histórica da cidade, da relevância do Encontro e da certeza de terem passado, em definitivo, um dia diferente. ■

SNC é «*upgrade* profissional» para os TOC

SEAF participou em acção de formação sobre o novo modelo contabilístico

O auditório principal do Centro de Congressos de Lisboa encheu por completo os seus 1600 lugares para receber a primeira acção de formação em Lisboa sobre o novo sistema de normalização contabilística. No encerramento dos trabalhos da manhã do dia 6 de Julho esteve presente o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Carlos Lobo começou por afirmar que o novo SNC, as alterações ao Código do IRC e a nova Comissão de Normalização Contabilística são grandes desafios a ter em conta. Sobre a influência desta reforma estrutural no tecido contabilístico, o governante manifestou o seguinte entendimento: «os profissionais portugueses ficarão equiparados com os seus congéneres estrangeiros, eliminando-se as barreiras existentes entre as empresas cotadas e as PME. Também se evitam as clivagens doutrinárias entre grandes empresas e as PME, melhorando-se, de uma forma geral, o grau de eficiência.» Lobo justificou que o *timing* para adopção desta substancial transformação não podia ser condicionado pela crise que vivemos. «Pelo contrário, a crise é o momento ideal para agir e tomar medidas», acrescentou. Ainda a propósito do SNC, as últimas palavras do secretário de Estado tiveram como destinatários os Técnicos Oficiais de Contas.

«A partir de agora, os TOC vão ser agentes do próprio jogo. Tomarão decisões, a sua acção vai passar a ser de carácter operativo em vez de instrumental e passarão de certificadores de valor, a criadores de valor.» Carlos Lobo qualificou esta nova realidade para os TOC como sendo um «*upgrade* profissional», realçando que as acções de formação regulares e as que estão previstas para o mês de Setembro vão fazer face ao acréscimo de responsabilidades atribuídas aos profissionais.

«Os TOC são, ao mesmo tempo, os mais onerados e os mais beneficiados com esta autêntica revolução chamada SNC», disse. «Agradeço a todos os que directa ou indirectamente - e muitos estão presentes nesta plateia - ajudaram a concretizar a mais importante evolução contabilística em Portugal dos últimos 30 anos», concluiu.

«Pode contar com os TOC para mais este desafio», disse Domingues de Azevedo. Dirigindo-se, de seguida, aos profissionais, o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas desafiou os TOC a deslocarem-se à Assembleia da República, para assistirem à discussão e votação na generalidade da proposta de lei do Governo, n.º 276/X, que autoriza o executivo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. O dirigente da CTOC justificou a mobilização dos profissionais para este acontecimento por ser um «momento importante para todos os que exercem a profissão.»

«2009 é um ano de viragem histórica, que vai devolver a contabilidade aos contabilistas», referiu o presidente da CTOC. Domingues de Azevedo anunciou um pacote de formação para depois do Verão, exclusivamente vocacionado para o SNC, que inclui uma acção de formação gratuita a nível nacional, uma reunião livre extra, para além do manual gratuito, abordando questões de natureza doutrinária e conceptual do novo modelo, da autoria de Domingos Cravo. ■



Com o novo SNC a acção do TOC será mais operativa e menos instrumental

Plano de formação da CTOC

SNC será o «prato forte» depois das férias

Depois da habitual pausa nas formações no mês de Agosto, as acções promovidas pela CTOC regressam em força na *rentrée*, em Setembro. Com o objectivo de relembrar as acções previstas até final do ano, publicamos o plano global de formação, que também pode ser consultado na página da Câmara na Internet. Alertamos, contudo, que à margem do que se encontra calendarizado, irá

também realizar-se, o III Congresso dos TOC, a conferência internacional do GECTOC, as conferências internacionais da EFAA e do CILEA, bem como a formação eventual nos meses de Outubro e Novembro. Estas formações serão devidamente divulgadas, tanto na Revista «TOC», como na *site* da CTOC, onde, como é habitual, são exclusivamente efectuadas as inscrições. ■

Plano global de formação para 2009 (Datas e locais disponíveis em www.ctoc.pt , Formação CTOC 2009)			
Mês	Tipo	Código	Tema
Setembro	Segmentada	SEG0609	Contratação pública
	Permanente	PER0509	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC
	Reunião Livre	RL1509	Livre
	Reunião Livre	RL1609	Livre
	Distância	DIS2309	Contratação pública
	Distância	DIS2409	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos)
	Distância	DIS2509	SNC - Pequenas entidades
Outubro	Eventual	EV0309	Contabilidade pública; Fiscalidade em função dos documentos publicados
	Segmentada	SEG0709	Ajustamentos, provisões e anulações de dívidas
	Permanente	PER0609	Convenção modelo OCDE para evitar dupla tributação
	Reunião Livre	RL1709	Livre
	Reunião Livre	RL1809	Livre
	Distância	DIS2609	SNC - Adopção pela primeira vez das NCRF
	Distância	DIS2709	IRC - Alterações na sequência da adopção do SNC
	Distância	DIS2809	Peritagem contabilística e fiscal
Novembro	Distância	DIS2909	Contencioso tributário
	Segmentada	SEG0809	O reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos tangíveis e intangíveis (actual normativo vs. SNC)
	Permanente	PER0709	O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (CIRC)
	Reunião Livre	RL1909	Livre
	Reunião Livre	RL2009	Livre
	Distância	DIS3009	Contabilidade orçamental na Administração Pública
	Distância	DIS3109	SNC - Preparação das demonstrações financeiras
Dezembro	Distância	DIS3209	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC
	Reunião Livre	RL2109	Livre
	Distância	DIS3309	SNC - Activos correntes

Errata

No artigo «A opacidade da transparência fiscal», publicado na rubrica habitualmente dedicada aos contributos do Gabinete de Estudos, na edição 111 da Revista «TOC», corrigem-se, em seguida, algumas gralhas susceptíveis de alterarem o sentido do texto: assim, no terceiro parágrafo da introdução, onde se lê «assimétrico», deve ler-se «assimétrica»; no último parágrafo do capítulo «Promiscuidade conceptual», onde se lê «são é que tem algum», deve ler-se «se é que tem algum». Finalmente, no primeiro parágrafo do capítulo «A problemática dos adiantamentos», onde consta «uma participação de 50 por imposto», deve estar «uma participação de 50 por cento.»

CTOC investe 520 mil euros na representação de Faro

Novas instalações inauguradas

As novas instalações da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas em Faro representaram um investimento de 520 mil euros.

Inauguradas no passado dia 4 de Julho, vão permitir acolher uma série de eventos relacionados com formação profissional que, até à data, aconteciam em espaços arrendados para o efeito. Localizada na urbanização Horta das Figuras, no centro da capital algarvia, nas proximidades do Fórum Algarve, a nova representação permanente oferece excelentes condições de trabalho para os Técnicos Oficiais de Contas do distrito. Numa cerimónia simples, mas repleta de simbo-

lismo, Domingues de Azevedo, justificou o investimento com a necessidade de oferecer aos TOC do Algarve condições «dignas» que permitam fazer do local um centro de debate de ideias em prol do desenvolvimento da profissão. «Está agora do vosso lado dinamizar estas instalações, por sinal, as maiores das 13 representações que temos espalhadas pelo País», disse o presidente da CTOC, sublinhando que a concretização da obra era uma das prioridades definidas pela Direcção no Plano de Actividades e Orçamento para 2009. «Quando fazemos obra é para o bem dos TOC, para fomentar a formação e a discussão de temas de interesse, não lamenta-



A CTOC inaugurou em Faro a sua representação permanente com maior área

mos o que temos de despende», sublinhou ainda o responsável.

Perante uma assistência aproximada de uma centena de profissionais, Domingues de Azevedo, decidiu lançar uma reflexão: «Ninguém pode ficar indiferente a esta nossa caminhada. Já pensaram no nosso percurso, desde a constituição da Câmara?»

O presidente aludiu ainda ao facto que marca a vida da Instituição nestes últimos meses: a alteração dos estatutos e a consequente passagem a Ordem. Depois de explicar os procedimentos administrativos por que tem de passar a proposta de alteração legislativa que se encontra na Assembleia da República, Domingues de Azevedo, destacou: «Num futuro próximo a nossa profissão vai ser colocada no mesmo nível em que se encontram as outras organizações de regulação profissional. Isso é o reconhecimento do nosso trabalho, do nosso esforço e, mais que nunca, temos de ter consciência do nosso valor e das nossas potencialidades.»

Após exortar os presentes a valorizarem e construírem o futuro da profissão, Domingues de Azevedo agradeceu ao vice-presidente da Direcção, Armando Marques, o permanente acompanhamento de todo o processo, bem

como aos TOC presentes na inauguração, na tarde de um autêntico dia de praia (os termómetros marcavam 30 graus centígrados no exterior).

Também presente, o presidente da Assembleia-Geral, Manuel dos Santos, sublinhou o esforço que a Direcção tem vindo a imprimir na modernização da Instituição e na grande aposta na área da formação. Falou de mais um desafio importante que está prestes a surgir (a alteração estatutária) e da necessidade de se manter o esforço de construção de uma imagem cada vez mais credível da profissão perante a opinião pública. Por último, Ana Passos, representante da governadora civil de Faro, sublinhou o investimento feito pela CTOC no distrito, referindo a importância da existência de uma representação da maior associação profissional do País na capital do Algarve.

No distrito de Faro existem, actualmente, cerca de 2 100 TOC. O horário de funcionamento da representação permanente é das 15 às 20 horas. A partir de Julho, as reuniões livres das quartas-feiras e as formações segmentadas vão ter lugar na nova «casa» dos TOC algarvios. ■

«Conselho Fiscal» na TSF

Emissões são interrompidas em Agosto, para regressarem em Setembro

As emissões regulares do programa «Conselho Fiscal», uma parceria CTOC e TSF, vão ser interrompidas em Agosto, para serem retomadas em Setembro.

Transmitido nos dias úteis, duas vezes por dia, pontualmente às 7h20 e às 18h45, o programa tem a duração aproximada de 1 minuto e conta com a locução alternada dos consultores da CTOC, Paula Franco, João Antunes, Sandra Bernardo e do jurista Amândio Silva. No período compreendido entre 9 Junho a 3 de Julho, os temas abordados foram os seguintes: «Facturas nos postos de combustíveis»; «Valor patrimonial tributário»; «Prazos para pessoas colectivas sujeitos passivos de IRC»; «Rendas de aluguer de casa - deduções à colecta»; «Eli-

minação do dever legal de comunicar o mesmo facto a várias entidades públicas»; «Responsabilidade subsidiária; Alterações às regras dos pedidos de reembolso do IVA»; «Alterações à entrega da IES»; «Encerramento do exercício anual das empresas»; «Cessação de actividade das sociedades»; «Reintegração e amortização de bens do activo das empresas»; «Venda de bens imóveis obtidos por herança ou doação»; «Encerramento do ano económico»; «Fiscalidade sobre a micro-produção de energia»; «Recuperar a senha de acesso às declarações electrónicas» e «Isenção de IRC para colectividades de desporto, cultura e recreio.» Os programas estão disponíveis para consulta nos *sites* da TSF e da CTOC. ■

Investigação no IPCA reconhecida pela FCT

Primeiro centro de investigação em Contabilidade e Fiscalidade do País

O Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) obteve o reconhecimento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Trata-se do primeiro passo em prol da investigação nesta área, que coloca o IPCA num elevado nível no meio científico nacional e internacional. Esta classificação surge no âmbito da candidatura apresentada para efeitos de reconhecimento da FCT, em Julho de 2007, tendo o CICF sido submetido a uma avaliação no período 2008-2009. A avaliação fundamentou-se nas apreciações realizadas por painéis de avaliadores internacionais e peritos nas áreas científicas de economia e gestão. Em consequência deste resultado, o CICF torna-se o primeiro centro de investigação do IPCA reconhecido pela FCT e ainda a

primeira unidade de investigação na área da Contabilidade e da Fiscalidade reconhecida em Portugal pelo mesmo organismo. Por outro lado, o IPCA torna-se o primeiro instituto politécnico a dispor de uma unidade de investigação, nas áreas mencionadas, reconhecida pela FCT.

O CICF é uma unidade de investigação científica da Escola Superior de Gestão do IPCA e tem como missão contribuir para o conhecimento científico nas áreas da Contabilidade e da Fiscalidade através da produção de investigação de qualidade.

Os membros doutorados que compõem o CICF são: Maria José Fernandes (directora), Sónia Monteiro (presidente do Conselho Científico), João Carvalho, Verónica Ribeiro, Fernando Rodrigues, José Manuel Pereira, Irene Portela e António Pires Caiado. ■

Pavilhão Atlântico reúne os profissionais da Contabilidade

III Congresso dos TOC realiza-se em Setembro

Não podia ser mais oportuna a realização da terceira edição do Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas. A «viragem histórica» que muito brevemente vai ser operada na profissão e no trabalho dos profissionais, é o mote para um evento subordinado ao lema «Construindo o futuro», que decorrerá nos dias 24 e 25 de Setembro, em Lisboa. O local escolhido foi a mais emblemática sala de espectáculos portuguesa, o Pavilhão Atlântico, onde em 2006, na edição anterior, se reuniram quatro mil profissionais. Para o evento, a Câmara convidou representantes de todos os países da CPLP, com o intuito de promover uma frutífera troca de ex-

periências e pontos de vista. Confirmada está a presença do presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins. Foram também endereçados convites ao Presidente da República e ao primeiro-ministro para as cerimónias de abertura e encerramento.

O programa completo (página seguinte) e as inscrições estão disponíveis no *site* da Câmara. Como foi anunciado na última edição da Revista «TOC», tendo em vista possibilitar uma maior participação dos membros neste acontecimento, a Direcção da CTOC fixou em 15 euros o valor da inscrição. Para efeitos do regulamento do controlo da qualidade, são atribuídos 25 créditos. ■

24 DE SETEMBRO

8h00 ACREDITAÇÃO

9h00 SESSÃO DE ABERTURA
Presidente da Direcção da CTOC
Presidente da Mesa da AG da CTOC
*Presidente da República **

9h30 **CONTABILIDADE**

I PAINEL
A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
 HISTÓRIA DA NORMALIZAÇÃO
 A NORMALIZAÇÃO EM PORTUGAL
Presidente da mesa: Avelino Azevedo Antão
Oradores: Joaquim da Cunha Guimarães
Lúcia Lima Rodrigues

10h30 **SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA**
II PAINEL
 O SNC NO CONTEXTO GLOBAL
 O SNC E A ESTRUTURA EMPRESARIAL
 PORTUGUESA
Presidente da mesa: Presidente da CNC
Oradores: Domingos José Cravo
José Alberto Pinheiro Pinto

11h15 Pausa para café

11h30 **CONTABILIDADE PÚBLICA**
III PAINEL
 CONTABILIDADE PÚBLICA/HISTÓRIA
 PORTUGUESA
 TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS
 DA CONTABILIDADE PÚBLICA EM PORTUGAL
Presidente da mesa: Presidente
do Tribunal de Contas
Oradores: João Baptista Carvalho
Pedro Camões

12h30 Almoço

14h00 **FISCALIDADE**
IV PAINEL
TRIBUTAÇÃO DIRECTA
 TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS
Presidente da mesa: António Nunes dos Reis
Oradores: Manuel Lopes Faustino
Vasco Branco Guimarães

15h00 **TRIBUTAÇÃO INDIRECTA**
V PAINEL
 TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS
Presidente da mesa: José Guilherme
Xavier de Basto
Oradores: Clotilde Celorico Palma
M.ª Angelina Tibúrcio

16h00 Pausa para café

16h15 **OS DIREITOS DOS CONTRIBUINTES**
VI PAINEL
NO PROCEDIMENTO FISCAL
Presidente da mesa: António Carlos dos Santos
Oradores: António Moura Portugal
João Ricardo Catarino

* a confirmar

CONGRESSO TOC

**CONSTRUINDO
O FUTURO**

24 E 25 DE SETEMBRO | PAVILHÃO ATLÂNTICO



25 DE SETEMBRO

9h00 **PROFISSÃO**

VII PAINEL
ACESSO À PROFISSÃO
Presidente da mesa: M.ª Helena Vaz
de Carvalho Nazaré
Oradores: Ezequiel Fernandes
M.ª Amélia Nunes de Almeida

9h45 **ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL**
VIII PAINEL
Presidente da mesa: António Lopes de Sá
Oradores: Maria Clara Bugarim
Alberto Silva Barata

10h30 Pausa para café

10h45 **ESTATUTO E O PAPEL DA REGULAMENTAÇÃO**
IX PAINEL
Presidente da mesa: Duarte Abecasis
Oradores: A. Domingues de Azevedo
Juarez Domingues Carneiro

11h30 **A PROFISSÃO NOS PAÍSES DA CPLP**
X PAINEL
Presidente da mesa: Secretário
de Estado dos Negócios Estrangeiros
*e da Cooperação **
Oradores: Representantes CPLP

12h45 **MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL**
DO CONGRESSO
António José Alves da Silva

13h00 **ENCERRAMENTO**
António Lopes de Sá
Presidente da Direcção da CTOC
Presidente Mesa da AG da CTOC
*Primeiro-Ministro **

Patrocínios



Inscrições em www.ctoc.pt

Para efeitos do controle da qualidade são atribuídos 25 créditos

Actividade do Conselho Disciplinar da CTOC

Análise constitui barómetro do exercício da profissão

Após mais de uma década de existência da CTOC, os valores da ética e deontologia conquistaram particular relevância na credibilidade da profissão. Nem sempre é fácil falar deste tema, pois, cada um à sua maneira, não raras vezes, se institui juiz dos seus próprios actos, o que não pode acontecer nas profissões regulamentadas por lei.

O reconhecimento do interesse público a uma profissão constitui uma vantagem para os profissionais, porque define a área específica onde se podem, exclusivamente, praticar determinados actos ou categoria de actos. Existe, também, uma maior garantia para os utilizadores dos serviços daquela profissão, pois para além de os clientes dos TOC poderem recorrer aos tribunais para serem ressarcidos dos eventuais prejuízos sofridos, sabem que o prevaricador será penalizado disciplinarmente pela sua instituição.

Daí que o conhecimento da actividade do Conselho Disciplinar (CD) das instituições de regu-

lação profissional se revista de grande importância.

Esta breve análise constitui um barómetro/observatório do exercício da profissão para conhecer a origem dos «ventos, sua direcção, sentido e intensidade», figura metafórica das infracções às normas estatutárias, éticas e deontológicas que integram o referencial regulador da actividade profissional dos TOC.

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma síntese da actividade desenvolvida pelo CD em 2008 e no primeiro semestre de 2009, medida em termos de processos de inquérito abertos, processos disciplinares, sessões plenárias, acórdãos emitidos e recursos de revisão concedidos, bem como as decisões aplicadas.

Os dados são suficientemente claros para deles se tirarem ilações. Cumpre-nos, ainda, destacar alguns aspectos importantes:

a) A benevolência adoptada nos primeiros anos até que os profissionais interiorizassem a nova realidade profissional, não pode ser eterna;



A divulgação da actividade do Conselho Disciplinar é de fulcral importância para os profissionais

b) A média mensal de participações recebidas e de processos instaurados foi subindo até atingir 287 no primeiro semestre de 2009, situando-se o número de acórdãos proferidos em 200 por mês;

c) Mesmo considerando que cerca de metade dos TOC inscritos é que exercem efectivamente a actividade profissional, o número de

acórdãos com aplicação de penas disciplinares corresponde a cerca de 24 por cento do total de acórdãos;

d) Em cada ano o número de acórdãos com penas disciplinares não chega a dois por cento dos TOC em exercício de funções, embora, em termos absolutos, assuma, no conjunto dos anos, o valor de 3 806.

Quadro de actividade

Relatório de actividade do Conselho Disciplinar – 1.º semestre de 2008 e 2009

Designação		1.º semestre 2009	1.º semestre 2008
1 -	N.º processos de inquérito abertos (PI)	140	184
2 -	Processos disciplinares		
	Não quotas	176	99
	Quotas	1 419	—
3 -	N.º de sessões plenárias	24	26
4 -	N.º de acórdãos emitidos:		
	Não quotas	260	153
	Quotas	937	899
5 -	N.º de recursos de revisão concedidos ⁽¹⁾	16	13

⁽¹⁾ Reflecte no Ponto 2 – Quotas

Decisões aplicadas

	1.º semestre 2009	1.º semestre 2008
1 - Arquivamentos	855	706
2 - Advertências	157	222
3 - Multas	175	123
4 - Suspensões	8	1
5 - Expulsões	1	—

	1.º semestre 2009	1.º semestre 2008
1 - Cancelamentos compulsivos art. 21.º, n.º 2, al. a) do ECTOC	—	5

Segue o elenco das principais infracções que têm sido constatadas e que consubstanciam incumprimento de deveres previstos nas normas estatutárias e deontológicas (princípio da legalidade). ■

Origem dos processos

Natureza da infracção

1. Incorreções técnicas (contabilísticas e fiscais)
2. Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações fiscais
3. Retenção de documentos
4. Apropriação de verbas confiadas para pagamento de contribuições e impostos
5. Falsificação de documentos
6. Falta de colaboração para com o colega sucessor
7. Falta de comunicação ao colega antecessor
8. Assumpção de funções, havendo honorários em dívida ao colega antecessor
9. Comportamento contrário à dignidade e prestígio da Câmara
10. Comportamento contrário à dignidade e prestígio dos Órgãos Sociais
11. Comportamento contrário à dignidade e prestígio da profissão
12. Angariação ilícita de clientela
13. Quebra de sigilo profissional

Natureza da infracção

14. Não pagamento atempado de quotas e outros encargos devidos à Câmara
15. Não actualização do domicílio perante a Câmara
16. Falta de cumprimento do artigo 10.º (n.º de clientes, volume de negócios)
17. Recusa de aposição de assinatura em declarações fiscais
18. Recusa de encerramento de exercício fiscal
19. Incompatibilidade no exercício de funções
20. Concorrência desleal
21. Aceitação de trabalhos sem a adequada capacidade técnica e meios.
22. Falta de colaboração com a Administração Fiscal
23. Falta de colaboração com a Câmara
24. Fraude fiscal
25. Falta de colaboração / informação ao cliente
26. Abandono indevido de funções
27. Incumprimento do regulamento de estágio
28. Subscrição de declarações fiscais sem intervenção directa do profissional
29. Prática de actos da competência de outros profissionais
30. Incumprimento do Regulamento de Controlo de Qualidade
31. Falta de contrato escrito relativo à prestação de serviços de TOC
32. Não participação ao Ministério Público, através da Câmara, de crimes públicos
33. Divulgação e/ou crítica do trabalho efectuado por colega
34. Quebra de independência técnica no exercício de funções

Sessões de esclarecimento terminaram em Angra

Mais de 11 mil TOC e empresários estiverem presentes

Numa acção concertada entre a CTOC, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e a Segurança Social (SS), realizaram-se, em diversas cidades do País, sessões de esclarecimento subordinadas ao tema: «Apoios governamentais para vencer a crise.» Abordaram-se, essencialmente, questões dos domínios laborais e do investimento. Apesar do curto tempo de mobilização, participaram,

em termos globais, mais de 11 mil pessoas, considerando TOC e empresários. Na última sessão, realizada no dia 18 de Junho, em Angra do Heroísmo (Região Autónoma dos Açores), o encerramento coube ao vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Sérgio Ávila, que felicitou a CTOC, representada na ocasião pelo vice-presidente Armando Marques, por «dinamizar a iniciativa», em cooperação com o IAPMEI e a Secretaria Regional da Economia. ■



Sérgio Ávila
elogiou iniciativa da CTOC

Passagem a Ordem é um dos pilares da «revolução contabilística»

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais defendeu, no Parlamento, alteração ao Estatuto da CTOC

Está cada vez mais próxima a passagem a Ordem. Cumpru-se, no passado dia 9 de Julho, mais uma etapa para o reconhecimento da profissão de Técnico Oficial de Contas e da entidade reguladora da profissão, que em pouco mais de uma década atingiu um nível organizacional e qualitativo que congéneres demoraram bastante mais tempo em lograr.

Decorreu, no Parlamento, em sessão plenária, o debate da proposta de lei n.º 276/X, que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

A Direcção da CTOC e elementos dos órgãos sociais da Câmara estiveram presentes nas galerias da Assembleia da República ao longo de todo o debate.

Após a apreciação pública do documento, entre 19 de Maio e 17 de Junho, coube ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) a defesa da proposta governamental. Carlos Lobo afirmou que a passagem da Câmara a Ordem é o «quarto pilar» da «revolução contabilística» em curso. A adopção do SNC, a adaptação de todo o sistema fiscal às Normas Internacionais de Contabilidade e a renovação operada na Comissão de Normalização Contabilística, são os três primeiros pilares elencados pelo governante.

Lobo afirmou que a alteração dos estatutos da CTOC se justifica pela «universalidade da profissão», «a necessária adaptação à entrada em vigor das normas internacionais de



O ministro dos Assuntos Parlamentares e o SEAF defenderam a proposta de lei n.º 276/X, que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da CTOC

Contabilidade» e o «aumento do alcance das funções corresponder a um reforço das responsabilidades.»

O SEAF acrescentou que esta iniciativa visa «dar cumprimento a um imperativo de justiça e ao reconhecimento que o Estado deve à profissão.» «Os Técnicos Oficiais de Contas são parceiros privilegiados da administração fiscal no combate à fraude e à evasão fiscais, na desmaterialização fiscal e no cumprimento das obrigações tributárias dos sujeitos passivos», disse Carlos Lobo, que não regateou elogios à profissão.

«No SNC, os TOC afirmaram estar dispostos a mudar todo o ordenamento normativo, se essa alteração fosse boa para a economia. É esta atitude e dignidade de uns profissionais que nunca questionaram o aumento das suas responsabilidades, que devem ser reconhecidas.»

Perante os reparos de alguns deputados - que, contudo, não deixaram de valorizar a profissão e o seu reconhecimento público - o Governo revelou, tanto pelo SEAF, como pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, também presente na discussão, «estar aberto» a eventuais alterações em sede de comissão da proposta entregue na Assembleia da República.

Um dos pontos que mais celeuma tem criado deverá ser reformulado, como fez questão de admi-

tir Carlos Lobo. Com efeito, o Governo não vai exigir que as sociedades comerciais de contabilidade passem a ser maioritariamente controladas por TOC, ao contrário do que previa a proposta inicial.

Contudo, não se vai abrir mão da responsabilidade disciplinar, uma vez que deverá existir um responsável técnico a responder perante a CTOC, enquanto entidade reguladora da profissão.

Em reacção às críticas da oposição, Lobo classificou os argumentos invocados como sendo de «demolição pura e nunca de construção». «O reconhecimento deste Estatuto merecia mais construção», rematou.

O ministro Augusto Santos Silva pediu a palavra para referir que existe entre os grupos parlamentares «consenso no essencial», condição fundamental para que se «materialize a autorização legislativa.»

De acordo com o regimento parlamentar, a proposta desceu de novo à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública para ser reformulada. Deverá ser votada, em plenário, no próximo dia 23 de Julho.

A concretizar-se a aprovação da proposta, será o epílogo de um ciclo ímpar na história do associativismo público português. ■

Mestrado em Contabilidade e Finanças do IPCA

Curso decorre em simultâneo nos institutos politécnicos de Barcelos, Bragança e Viana do Castelo

O Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), em colaboração com os institutos politécnicos de Bragança e Viana do Castelo, promove um mestrado em Contabilidade e Finanças. O curso decorrerá em simultâneo nas três instituições tendo a duração de três semestres lectivos e visa formar profissionais que supram as necessidades das organizações na área

da Contabilidade e Finanças, respondendo às necessidades de informação, a nível externo e interno. As candidaturas poderão ser entregues, até 11 de Setembro, no Campus do IPCA, em Vila Frescaíña de S. Martinho, Barcelos. Para obter mais informações sobre os respectivos processos de candidatura, os interessados deverão consultar a página www.ipca.pt. ■

